



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

O DIREITO AO LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS: ESTUDO DE CASO EM MARIANA/MG

Lais Marotta (Universidade Federal de Ouro Preto) - laismarotta@outlook.com
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto

Prof Dr. Yuri Queiroz Abreu Torres (Universidade Federal de Ouro Preto) - yuri.torres@ufop.edu.br
Doutor em Urbanismo pelo PROURB-FAU-UFRJ (2016) , Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental pela Osaka University (2010), Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UFRJ (2006). Desde 2011 é docente em ensino superior nos cursos de Arquitetura e Urbanismo

Profª Dra. Alice Viana de Araújo (Universidade Federal de Ouro Preto) - alice.araujo@ufop.edu.br
Profª Dra. Alice Viana de Araújo, Professora Adjunta do DEARQ - Departamento de Arquitetura da Escola de Minas / Universidade Federal de Ouro Preto. Mestra em Planejamento Urbano pela Université de Paris I - Panthéon Sorbonne Doutora em Arquitetura e Urb

O direito ao lazer nos espaços públicos contemporâneos

Estudo de caso em Mariana/MG

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Originalmente reconhecidos, majoritariamente, como espaços de circulação, os espaços livres de uso público são hoje compreendidos como componentes fundamentais para o sucesso das cidades e ajudam a construir um senso de comunidade, identidade cívica e cultural. Seu uso contínuo tende a produzir ambientes urbanos que são bem mantidos, saudáveis e seguros, tornando a cidade um lugar atraente para viver e trabalhar (UNHABITAT, 2015). Se materializam, na contemporaneidade, como *locus* de diversas atividades utilizadas no emprego do tempo livre, tendo como exemplos equipamentos como largos, praças e parques (VIANA, 2018).

Giannini (1999) aponta como uma das condições importantes para o desenvolvimento de uma comunidade a existência de um espaço público para a reunião e copresença. Neste sentido, chama a atenção para a necessidade dos cidadãos terem lugares e momentos para o encontro e a interação, que constituem, segundo o autor, a cidadania recuperada. Viviescas (1997) descreve os espaços públicos como lugares de relação com a identidade, do contato entre os cidadãos, da dinâmica urbana, da expressão cidadã e comunitária, configurando-se como o escopo para a implantação de imaginação e criatividade. Calhoun (1999) sustenta que são os modos de convivência e de interação nesses espaços os que melhor caracterizam o ambiente urbano, típico da convivência democrática, compreendendo processos como encontros, de troca de pontos de vista e de deliberação. O autor defende como uma das características mais importantes das cidades a oferta de espaços públicos onde cidadãos desconhecidos podem interagir com os outros, observar, debater politicamente e crescer com a diversidade. Nessa mesma linha, Joseph (1998) considera o espaço público como palco para a ação, um cenário projetado para dentro de si e para que intersubjetividades engendradas pelos cidadãos aconteçam, através de suas perspectivas, experiências e códigos culturais.

Os espaços públicos passaram a influenciar vários aspectos da qualidade e funcionamento do sistema urbano com mais intensidade após as modificações dos arranjos sociais e urbanos empreendidos a partir da Revolução Industrial e acentuados no fim do século XIX e ao longo do século XX (ALBUQUERQUE, 2020). A esses espaços são hoje atribuídas muitas expectativas, pois suas versões mais contemporâneas podem proporcionar, além da circulação, trocas comerciais e sociais, o contato com a natureza, atividades de lazer passivo e ativo, e ainda contribuir para a saúde física e mental da população. Passam também a ser compreendidos como importantes na criação de identidade para bairros e cidades, na promoção da sociabilidade, na mitigação de condições climáticas adversas, na ornamentação do espaço urbano, entre outros fatores (SABOYA et al, 2014).

Entretanto, o rápido avanço das práticas capitalistas neoliberais de produção do espaço urbano nas últimas décadas, consubstanciado pelo distanciamento do Estado enquanto principal promotor e gestor do planejamento, acaba por provocar uma complexa mudança dos espaços da geografia pública - entre eles, os espaços públicos. Fenômenos como segregação, mercantilização e informalização de largos, praças e parques têm ampliado a restrição de acesso e uso de uma parte historicamente marginalizada da população. O resgate desses espaços sob a perspectiva do direito à cidade, cujo conceito ampliado de Henri Lefebvre (1968) declara que os cidadãos deveriam ter as mesmas oportunidades de se beneficiarem dos diversos aspectos da vida urbana, se aplica diretamente no direito e na necessidade de todos os cidadãos em acessar e usufruir de espaços públicos qualificados. O Estatuto da Cidade, promulgado há 20 anos, destaca, dentre os usos e atribuições possíveis de suas diretrizes, a busca pelo pleno acesso ao lazer e às áreas verdes. Já dentre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), firmado também pelo Brasil, estipula-se como meta para 2030 proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Portanto, a existência e distribuição equitativa desses espaços e sua plurissignificação nos planos simbólico, prático e mesmo lúdico, são ferramentas importantes de contraposição aos processos de privatização e segregação aos quais são submetidas as cidades.

Mais recentemente, o agravamento da crise sanitária da pandemia do vírus Sars Cov-19 reacendeu a importância dos espaços públicos como fortes promotores da saúde e da qualidade de vida. As formas de enfrentamento, adaptação e proteção no contexto da pandemia tiveram fortes marcadores socioeconômicos e espaciais. Enquanto uma parcela da população com emprego formal e renda assegurada pode redirecionar suas opções de lazer e esporte para ambientes privados e sanitariamente mais controlados, outra parcela considerável dos cidadãos sofreu alguma restrição ou mesmo o entrave total de seu direito a essas atividades. A disparidade da distribuição geográfica e do acesso a esses locais foi mais uma vez evidenciada e, assim, entre os inúmeros desafios impostos pelo contexto pós-pandêmico ao gestor público, ressaltou-se a necessidade de promoção do amplo acesso aos espaços públicos e às atividades ao ar livre para o estímulo à ressocialização e para busca de uma cidade e sociedade mais saudáveis.

O contexto de revalorização desses espaços, antes eclipsados pela urbanização desregulada, pela constante segregação e privatização, oferece a oportunidade de reconciliação com o espaço público como lugar da possibilidade do amplo exercício do direito cívico e simbólico, mas também de saúde física e mental. Fica evidente a necessidade de novas interpretações de usos possíveis, com criatividade e escalabilidade, para espaços já existentes e para os que venham a ser planejados.

OS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO LOCUS DO LAZER COTIDIANO

Ao observar as expectativas da sociedade contemporânea em relação aos espaços públicos e, em especial, aos espaços livres de uso público, nos deparamos com uma multitude de funções que apenas recentemente foram associadas com este tipo de elemento urbano. Como previamente observado, as funções de circulação, trocas sociais e comerciais já há muito são associadas com as ruas e os largos, mas outras atividades hoje consideradas como cotidianas, como as práticas de lazer ativo - a recreação e os esportes, só começaram a ser amplamente associadas com espaços como praças e parques após o século XX, quando algumas importantes transformações sociais ocorreram (ROBBA, MACEDO, 2010). Entre elas, podemos citar a popularização do tempo livre, advinda das conquistas trabalhistas que resultaram em redução das jornadas de trabalho, mas também da melhor compreensão da importância da recreação para o desenvolvimento infantil e dos esportes para a saúde física e mental dos cidadãos (ARAÚJO, 2018).

Ainda que a ocupação do tempo livre, seja ele empregado em atividades de lazer passivo ou ativo, possa ocorrer em ambientes fechados e privados, como bares, shopping centers, ou academias de ginástica, percebe-se que parte considerável da população busca nas praças e parques urbanos oportunidades de entretenimento. Seja por afinidade com ambientes públicos, por proximidade às suas áreas de moradia ou por se encontrarem à margem das opções de lazer privado disponíveis na cidade, muitos cidadãos frequentam cotidianamente esses equipamentos urbanos, o que não apenas lhes atende em relação às suas demandas de lazer, mas também reforça neles o sentido de pertencimento e de cidadania.

No entanto, consideramos importante salientar aqui não apenas algumas questões temporais, como a transformação no tipo de demandas ao longo dos anos, mas também escalares. A existência de um grande número de grupos de usuários com perfis diferentes, algo característico do tempo do capitalismo cognitivo no qual vivemos, como bem pontua Ascher (2001), faz com que o atendimento à consequente grande diversidade de demandas geradas por eles seja algo relativamente difícil de ser ofertado em um mesmo espaço público, ainda mais quando lidamos com realidades de cidades médias e grandes. Assim, na mesma medida em que a sociedade se torna cada vez mais plural e a cidade se amplia e se complexifica, se desfaz, aos poucos, a ideia de uma praça central, referencial para todos em suas demandas cotidianas. Desta maneira, percebemos que os espaços simbólicos de muitas cidades acabam se tornando espaços mais utilizados em momentos de exceção, em ocasiões especiais de festa ou de protesto, mas não nos despreziosos momentos de lazer do dia a dia.

Mesmo em cidades pequenas, as diversas mudanças impostas pela industrialização e pelos novos modos de vida consequentes dessa, fizeram com que importantes praças se transformassem em espaços de passagem, de atividades obrigatórias, deixando de ser consideradas como destinações finais, espaços eleitos para o desempenho de atividades eletivas (GEHL, 2011). Este fato parece ser ainda mais visível em cidades históricas que, além das questões supracitadas, têm que lidar com normas patrimoniais que limitam as

intervenções capazes de atualizar seus espaços públicos. Um desafio para esses espaços é que, se não são adaptados para receber novos mobiliários, visando o atendimento às novas demandas, nem são administrados por gestões municipais que se promovam atividades efêmeras de consumo, esportes ou recreação, muitos acabam caindo em uma certa obsolescência. Enquanto isso, novas praças são criadas em áreas periféricas mas, apesar de muitas vezes serem equipadas para suprir as demandas de lazer cotidiano, lhes falta o testemunho de fatos históricos, a vitalidade das centralidades principais, a presença de entornos agradáveis, o acesso amplo ao transporte público ou, muitas vezes, área livre descompromissada que lhes garanta flexibilidade de apropriações. Ainda assim, são a prova concreta de que esse tipo de equipamento se encontra cada vez mais demandado, rompendo a exclusividade das áreas centrais e dos bairros dos mais afortunados e se tornando um elemento obrigatório na multitude de áreas urbanas.

Esta pesquisa surge da intenção de investigar e avaliar como os espaços públicos mais significativos das cidades pequenas e históricas vem atendendo as expectativas da sociedade contemporânea. Assim, tomou-se como estudo de caso o distrito-sede de Mariana-MG, que possui um núcleo histórico tombado, com espaços públicos consolidados em séculos bem distantes. Buscou-se compreender se as demandas atualmente impostas às áreas livres estavam sendo atendidas, e se essas se manifestavam essencialmente, em um único espaço central, simbolicamente forte e congregador, ou se encontravam-se fragmentadas no sistema local de espaços públicos, dispersando igualmente públicos e oportunidades de trocas.

ESPAÇOS PÚBLICOS EM MARIANA, MG

Mariana tem sua origem vinculada à exploração do ouro, sendo o arraial de Ribeirão do Carmo fundado na região em 1696. Em 1711 foi elevada à categoria de Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo, devido ao crescimento populacional e econômico advindo da exploração aurífera, e posteriormente, em 1745, foi a primeira localidade da então capitania de Minas Gerais a receber foros de cidade e de sede episcopal, batizada com o nome de Mariana. É a única cidade de traçado planejado entre as cidades coloniais mineiras, estabelecida num local mais alto, livre dos problemas relativos às enchentes do Ribeirão do Carmo. Apresentava um traçado inicial hipodâmico com ruas mais largas e retas e algumas praças retangulares conjugadas com os monumentos simbólicos, muito diferente da sua vizinha Vila Rica, hoje, Ouro Preto.

A construção de uma ferrovia que acompanha o Ribeirão do Carmo e interligava a cidade à Ouro Preto no final do século XIX foi um importante elemento para a consolidação da sede, desenvolvendo a cidade na outra margem do rio. A cidade foi tombada em 1938 pelo IPHAN e teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico elevado à condição de Monumento Nacional em 1945, mas foi a instalação da atividade mineradora em larga escala na região a partir da década de 1970 que impulsionou o crescimento econômico e passou a constituir a maior parte da arrecadação de impostos na região.

Até a década de 1980 a ocupação do distrito sede era reduzida ao bairro Centro e alguns outros em seu entorno, mas dessa década em diante, com o impulsionamento da mineração, outros bairros começaram a surgir em regiões mais periféricas, através de loteamentos públicos e, mais intensamente, a partir da década de 2010, nota-se uma ocupação espontânea periférica. Apesar disso, o bairro Centro ainda é a centralidade principal do município, o que gera e atrai mais deslocamentos, exercendo uma polarização expressiva sobre todo o município com sua oferta de trabalho, consumo, serviços e lazer.

Esse processo de expansão urbana, de crescimento demográfico e de periferação demandou a criação de novos espaços públicos. Entretanto, produziram-se poucos espaços com área e qualificação necessárias para plena sociabilização, encontro e lazer ativo e passivo. A maior parte dos espaços públicos relevantes se encontra ainda inserida nas zonas central e pericentral, sendo que alguns atuam de forma gravitacional em toda a cidade¹ (ver Fig. 1).

No caso de Mariana, como na maioria das cidades históricas brasileiras, observa-se que é justamente a presença de numerosos pequenos espaços públicos em seu tecido urbano original – praças, largos, ruas – que possibilita a contemplação dos demais elementos em seu entorno. Estes espaços podem propiciar vínculos com a cidade e sua história, sendo locais de valor simbólico que podem ser melhor usufruídos quando bem equipados (ARAÚJO, 2018). Entretanto, para além da questão simbólica, os equipamentos públicos precisam de densidade para que tenham êxito, e o centro é o espaço onde se atinge maior número de pessoas (Fig. 1). Localizar esses espaços no centro é, portanto, uma forma de fazer com que a população central e periférica possa usufruir de uma área bem equipada e estruturada também em um local de valor simbólico e cultural de relevância (ARAÚJO, 2018).

¹ Este trabalho foca nos espaços públicos formais qualificados e consolidados, aqueles associados com usos claramente definidos ou constatados, frequentemente contornados por uma fronteira viária ou edificada. O entorno destes espaços e as atividades nele desempenhadas também são relevantes, uma vez que a diversidade de usos e de pessoas ocasiona diferentes necessidades e horários de utilização. A localização, além do entorno, também é um fator importante, pois é interessante que estes espaços estejam implantados em áreas onde há vida urbana, fluxos e conexões com o tecido urbano existente (JACOBS, 2000 apud SABOYA et al, 2014).

CARACTERIZAÇÃO INICIAL DOS PRINCIPAIS ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS

Em Mariana, os espaços públicos mais valorizados, utilizados e que são referência para a população estão, principalmente, no Centro e são espaços de caráter mais antigo, tendo se consolidado nos séculos XVIII e XIX. Assim, tomou-se como hipótese o fato de que esses poderiam não atender plenamente às demandas de lazer contemporâneo e, dessa forma, excluir alguns usos e grupos que não se reconheçam nesses espaços por esses não ofertarem, por exemplo, equipamentos ou estruturas adequadas para o lazer ativo. Optamos, então, por fazer um recorte espacial de observação mais aprofundada na região central, focando a pesquisa nos três espaços livres de uso público mais relevantes encontrados em seu tecido: A Praça Minas Gerais, a Praça Cláudio Manoel e a Praça Gomes Freire (Fig. 2). Esses foram investigados utilizando metodologias de avaliação pós-ocupação desenvolvidas pelo Gehl Institute² e tendo como marco teórico o trabalho de Whyte (1980) buscando compreender seu uso pela população e de que maneira conseguiram se adaptar, ou não, às demandas contemporâneas, especialmente, de lazer.

Figura 2: Fotografia aérea da Praça Gomes Freire, Praça Minas Gerais e Praça Claudio Manoel



LEGENDA

- ■ ■ 1- Praça Minas Gerais ■ ■ ■ 3- Praça Gomes Freire
■ ■ ■ 2- Praça Cláudio Manoel

50m



Fonte: Topovision-Mariana, 2021, modificado pelos autores, 2021

² O Gehl Institute é uma empresa voltada para o trabalho com a escala humana nas cidades, atuando em estratégias e design urbanos, criada como uma extensão dos inúmeros trabalhos e pesquisas realizadas pelo arquiteto Jan Gehl e parceiros.

PRAÇA MINAS GERAIS

A Praça Minas Gerais é conhecida por ser um dos cartões postais da cidade e faz parte do perímetro tombado da sede. Em seu entorno podemos encontrar as Igrejas de Nossa Senhora do Carmo³ e São Francisco de Assis⁴, e a Casa de Câmara e Cadeia⁵, edificações históricas que passaram, ou estão passando por processos de restauração nos últimos anos (Fig. 3). O Pelourinho também está situado no local, compondo o conjunto de elementos simbólicos próximos, seu ponto mais forte.

Figura 3: Praça Minas Gerais, com destaque para as igrejas de Nossa Senhora do Carmo (à esquerda) e São Francisco de Assis (à direita)



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Nas edificações que definem esse vazio urbano há a predominância de usos residencial e institucional, o que faz com que o fluxo mais significativo seja de veículos, e que o de pedestres seja reduzido simplesmente a passagem, quando comparado com outras praças centrais, fazendo com que a travessia e estadia no espaço sejam seguras. Em seu entorno não há atividades que incentivem o uso da praça no período noturno, principalmente por ser majoritariamente residencial e contar com poucas estruturas de iluminação, podendo causar a sensação de medo e insegurança.

³ Em 1759 iniciou-se a construção de uma capela provisória e, em 1784, as obras da igreja definitiva foram iniciadas.

⁴ Construída entre 1762 e 1794.

⁵ Câmara Municipal de Mariana, construída entre 1768 e 1798.

Figura 4: Mapa de Inventário do Local da Praça Minas Gerais

MAPEAMENTO - Legenda

Assentos

 Outras superfícies assentáveis

Vegetação

 Plantio

Estrutura

 Iluminação

 Hidrante/ponto de água

Elementos aquáticos

 Chafariz/fonte/tanque

Arte pública

 Monumento/obra de arte pública

Usos do entorno

 Uso institucional

 Uso residencial

 Uso comercial/ serviços

 Calçadas

Limites físicos

 Cercas/paredes (temporários)



Fonte: Acervo pessoal

PRAÇA CLÁUDIO MANOEL

A Praça Cláudio Manoel, também conhecida como Praça da Sé, faz parte do Centro Histórico de Mariana. É originada do traçado urbano do século XVII e em seu entorno pode ser encontrada a Catedral de Nossa Senhora da Assunção, bem como casarios coloniais que atualmente abrigam comércios de diversos tipos (IPHAN, 2008) (Fig. 5). Em 2008 passou por uma requalificação

por meio do Programa Monumenta, com projeto do escritório Arquitetos Associados, que buscou o máximo respeito ao caráter histórico e a valorização dos espaços, considerando também os usos do espaço público. Atualmente a Praça da Sé é palco para muitas festividades em Mariana, como Carnaval, Semana Santa e Festival Mariana Viva.

Figura 5: Praça Cláudio Manoel (Praça da Sé), com destaque para a Catedral de Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Figura 6: Mapa de Inventário do Local da Praça Claudio Manoel

MAPEAMENTO - Legenda

Assentos

- Bancos [1]
- Outras superfícies assentáveis

Estrutura

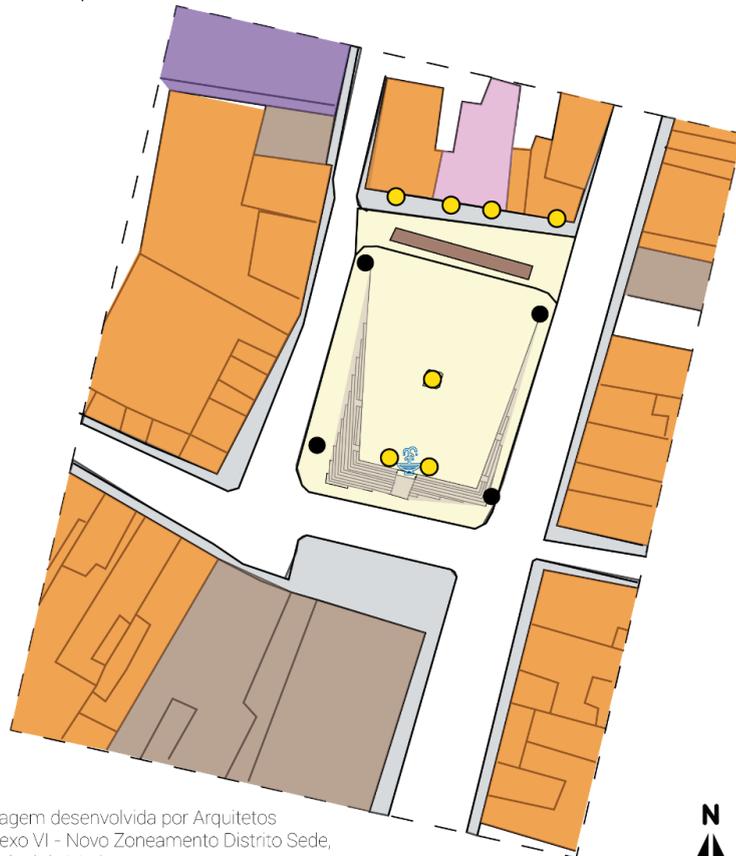
- Lixeira
- Iluminação

Elementos aquáticos

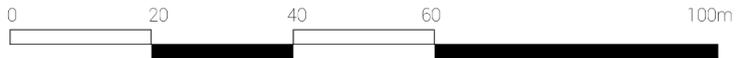
- Chafariz/fonte/tanque

Usos do entorno

- Sem uso definido
- Uso residencial
- Uso comercial/serviços
- Calçada
- Praça
- Uso institucional
- Uso mito



Base cartográfica: Imagem desenvolvida por Arquitetos Associados, 2003. Anexo VI - Novo Zoneamento Distrito Sede, 2014, Prefeitura Municipal de Mariana.
Fonte das informações: levantamento de campo feito pela autora.
Autoria: Lais Marotta
Data: novembro de 2021



Fonte: Acervo pessoal

PRAÇA GOMES FREIRE

Conhecida popularmente como Jardim (ou Jardim de Mariana), a Praça Gomes Freire se situa próximo às praças Minas Gerais e Cláudio Manoel e de outros elementos simbólicos do centro histórico. Segundo Coração e Carneiro (2018, p.72), o Jardim é um local estritamente público que não esteve, com o passar do tempo, tão vinculado aos poderes políticos ou religiosos quando comparado às praças Minas Gerais e da Sé (Praça Cláudio Manoel). Segundo os autores, o Jardim é um dos principais pontos de sociabilização da cidade, constituindo-se como um importante espaço público para Mariana que agrupa pessoas de diferentes classes, idades e origens. Por ser um local tão importante para a cidade, sedia muitos eventos, como Festival Mariana Viva, Carnaval, Festival de Dança, aniversário da cidade e outros.

Figura 7: Praça Gomes Freire (Jardim) e seu coreto central



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Em seu entorno imediato há predominantemente usos residenciais, comerciais e de serviços, principalmente do ramo alimentício. Nota-se, em seu entorno, um constante fluxo de pedestres e um tráfego médio de veículos automotores, principalmente em horário comercial. Apesar da intensidade, os veículos não trafegam em alta velocidade, devido à pavimentação em pedra do leito carroçável, tornando a travessia de pedestres segura.

Figura 8: Mapa de Inventário do Local da Praça Gomes Freire

MAPEAMENTO - Legenda

Assentos

- Bancos [46]
- Outras superfícies assentáveis

Vegetação

- Árvores
- Plantio

Sombra e abrigo

- Estruturas de sombreamento

Estrutura

- Lixeira
- Iluminação (postes)

Elementos aquáticos

- Chafariz/fonte/tanque

Arte pública

- Monumento/obra de arte pública

Usos do entorno

- Uso residencial
- Uso institucional
- Uso comercial/serviços
- Uso misto

- Calçada
- Praça

Limites físicos

- Cercas/paredes (temporários)



Base cartográfica: Imagem desenvolvida por Gema Arquitetura, 2019. Anexo VI - Novo Zoneamento Distrito Sede, 2014, Prefeitura Municipal de Mariana.
 Fonte das informações: levantamento de campo feito pela autora.
 Autoria: Lais Marotta
 Data: novembro de 2021

Fonte: Acervo pessoal

AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CENTRAIS DE MARIANA: METODOLOGIA E RESULTADOS

Como sequência da compreensão das dinâmicas e usos desses três espaços centrais, foram realizadas diversas visitas a campo para a realização de avaliação pós-ocupação (APO) com a utilização da metodologia do Gehl Institute. Assim, foram adotadas as ferramentas (Public Life Tools) do Gehl Institute, métodos de pesquisa concebidos para realizar levantamentos dos espaços públicos e suas dinâmicas, envolvendo elementos físicos e sociais. Para a APO nas praças, foram selecionadas as ferramentas “Inventário do Local”, “12 Critérios de Qualidade Urbana” e “Mapeamento de Atividades Estacionárias”, sendo que cada uma delas passou por adaptações para se adequar à pesquisa e à realidade local

A ferramenta “Inventário do Local” mapeia as características físicas do espaço e como elas auxiliam a experiência de estar nele; já a ferramenta “12 Critérios de Qualidade Urbana” trabalha abrangendo três temas principais, sendo eles: proteção, conforto e prazer do usuário; já a ferramenta “Mapeamento de Atividades Estacionárias” indica o que as pessoas escolhem fazer em um espaço público, ajudando a entender quantas pessoas usam o local, o que fazem, onde e quando. Todas as visitas a campo relacionadas à essa ferramenta foram feitas nos dias 03/11/2021 (quarta-feira), 06/11/2021 (sábado) e 08/11/2021 (segunda-feira), nos horários de 9h, 12h, 15h, 18h e 21h, com duração média de 5 a 10 minutos por visita.

De forma complementar e associada à ferramenta Mapeamento de Atividades Estacionárias, adotou-se o sistema de avaliação por Subáreas Funcionais do Espaço, metodologia estabelecida por Cooper Marcus e Francis (1998). Esta tem foco nas áreas dos espaços e suas funções, analisando como usuários potenciais podem entendê-las. Por fim, para analisar os resultados obtidos, o trabalho de Whyte (1980) foi utilizado para melhor entender os dados levantados e seus significados.

PRAÇA MINAS GERAIS

A Praça Minas Gerais, apesar do bom estado de manutenção geral, não conta com muitos elementos de iluminação; também não possui lixeiras ou outros mobiliários, bem como não se nota a presença de arborização. Já no quesito conforto, não apresenta um desempenho muito bom motivado pela falta de acessibilidade, opções para sentar e para o lazer ativo. Apesar disso, as escadarias, únicas áreas assentáveis do espaço em conjunto com o extenso gramado, se configuram como boas opções para permanência, sendo possível proporcionar o lazer passivo e a sociabilização, como manter conversas e ter, a partir delas, boas visadas. Quanto ao prazer do usuário, as edificações adjacentes possuem uma escala humana e, com a inexistência de elementos que obstruem a visão, é possível o total entendimento e relação visual dos usuários e atividades em todos os pontos do espaço.

A presença de espaço livre gramado é um fator notável, que possibilitaria sua apropriação de formas mais ativas, mas não é acessível para

todos, uma vez que sua topografia é irregular e relativamente íngreme em parte da praça – em frente à Igreja São Francisco de Assis (Fig. 3) – e o acesso à área em frente à Casa de Câmara e Cadeia (Fig. 4) se dá por degraus⁶.

Quanto às experiências sensoriais e aos elementos de qualificação ambiental, percebemos que a praça não possui árvores que forneçam sombreamento, fazendo deste um espaço muito exposto às intempéries e desfavorecendo seu uso em dias de clima menos propício. Algum tipo de proteção nesse sentido é possível apenas em alguns horários pelas edificações lindeiras. O lazer ativo, bem como a recreação infantil, ficam desencorajados por dependerem de equipamentos mais específicos - entende-se que o lazer ativo pode ocorrer uma vez que há espaço desobstruído e não muito íngreme, mas o que não há é incentivo para que ocorra, criando uma ambiência na qual as pessoas sintam que o espaço possa acolher esse tipo de atividade. Dessa forma tem-se uma configuração que possibilita somente o lazer passivo.

Nos três dias de observação da Praça Minas Gerais, foram contabilizados 91 usuários no total, concentrados nas subáreas da Igreja Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis, principalmente nas escadarias ou próximas a elas. A atividade mais observada foi a conversa enquanto se está em pé, sucedida pelo assento informal, enquanto o consumo de bebidas/alimentos junto à recreação/exercícios foram as atividades menos observadas. É importante apontar que a quantia total de usuários observados nesse espaço público foi muito inferior ao observado nas duas outras praças também analisadas, o que pode ser explicado não apenas pela ausência de elementos como estruturas de proteção contra intempéries e arborização, mas também como consequência da interdição da Casa de Câmara e Cadeia e da Igreja São Francisco de Assis, que podem ter afetado a circulação turística no momento da observação de campo. Além disso, a Praça Minas Gerais também difere do Jardim quanto a principal forma dos usuários apropriarem-se dos espaços (utilização dos bancos para sociabilização), gerando o questionamento sobre a importância das áreas assentáveis nos espaços públicos - já defendida por Whyte (1980) como um fator indispensável para o sucesso das praças. Assim, ao aferir notas ao espaço, segundo a metodologia adotada, a Praça Minas Gerais conquistou uma pontuação de 8 em 12, satisfazendo parte considerável dos critérios de qualidade de um bom espaço público.

⁶ Durante a realização deste estudo, o tanque localizado ao lado da Casa de Câmara e Cadeira encontrava-se sem acesso, bem como a edificação em si e a Igreja São Francisco de Assis, isoladas por elementos temporários devido a obras de restauração.

Figura 9: Mapeamento síntese de Atividades Estacionárias da Praça Minas Gerais

MAPEAMENTO

	Consumindo bebida/comida	Conversando	Lazer passivo	Recreação/ exercícios
● Em pé		26	7	
☒ Assento informal	2	22	8	
✕ Movimento diverso		20	3	3

TOTAL: 91

- Subárea da Câmara
- Subárea da Igreja São Francisco de Assis
- Subárea Igreja Nossa Senhora do Carmo



Base cartográfica: Imagem desenvolvida por Arquitetos Associados, 2003. Anexo VI - Novo Zoneamento Distrito Sede, 2014, Prefeitura Municipal de Mariana.
 Fonte das informações: levantamento de campo feito pela autora.
 Autoria: Lais Marotta
 Data: novembro de 2021

Fonte: Acervo pessoal

PRAÇA CLÁUDIO MANOEL

Em relação à Praça Cláudio Manoel, percebe-se que há forte presença de pedestres, por conta do comércio e fluxo local, tanto no entorno imediato, quanto dentro do raio de 500 metros, uma vez que a Praça da Sé está no Centro de Mariana, fazendo com que existam diversos elementos simbólicos próximos. A praça é acessível para pessoas com mobilidade reduzida por sua característica plana, mas a pavimentação de pedra pode causar certa dificuldade por sua irregularidade. Em relação ao critério de avaliação de proteção, encontra-se a mesma situação observada na Praça Minas Gerais: segura quanto ao tráfego e acidentes, mas podendo gerar sensação de medo e insegurança em horários em que não é utilizada. As áreas assentáveis estão distribuídas pelas bordas do espaço, sendo majoritariamente representadas pelas escadarias periféricas à praça, que definem o platô central, e por um longo banco de pedra na face norte, que propicia o descanso e incentiva o lazer passivo (FIG. 6). Um ponto forte do local é a presença de espaço livre e desobstruído, o que possibilita os eventos ora mencionados, uma vez que é uma praça seca.

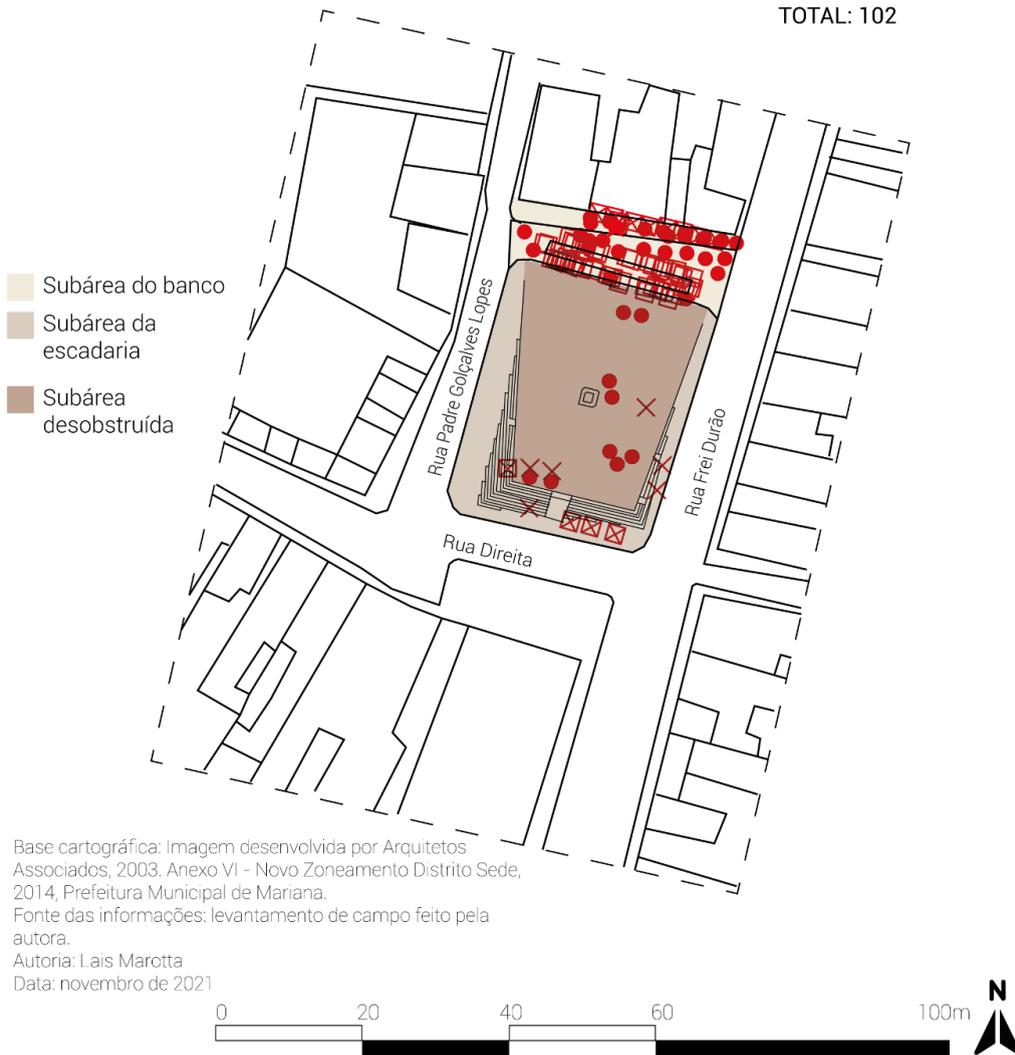
Em relação às experiências sensoriais e qualificação ambiental, a praça se configura como um ambiente agradável, não contando, porém, com opções para proteção às intempéries, inviabilizando o lazer ativo que dependa de equipamentos específicos e a recreação infantil. Quanto ao prazer do usuário, as edificações adjacentes possuem uma escala humana, e a desobstrução e escala do espaço tornam possível a visualização dos usuários e atividades em todos os pontos da praça. No dia a dia podem ser observados transeuntes e algumas pessoas desfrutando das áreas assentáveis, principalmente as poucas que são sombreadas pelas edificações lindeiras. Sendo assim, a Praça Cláudio Manoel alcançou uma pontuação de 8,5 em 12, também satisfazendo parte considerável dos critérios de qualidade de um bom espaço público

Figura 10: Mapeamento síntese de Atividades Estacionárias da Praça Claudio Manoel

MAPEAMENTO

	Conversando	Lazer passivo	Recreação/ exercícios	
● Em pé	26	11		★ Artista - apresentação
□ Assento público	17	27		
⊠ Assento informal	12	2		
✕ Movimento diverso			6	

TOTAL: 102



Base cartográfica: Imagem desenvolvida por Arquitetos Associados, 2003. Anexo VI - Novo Zoneamento Distrito Sede, 2014, Prefeitura Municipal de Mariana.
 Fonte das informações: levantamento de campo feito pela autora.
 Autoria: Lais Marotta
 Data: novembro de 2021

Fonte: Acervo pessoal

PRAÇA GOMES FREIRE

A Praça Gomes Freire, o Jardim, devido a uma recente intervenção, entregue em 2021, conta com várias áreas assentáveis nas escadarias e

bancos, que vieram a promover maior qualificação para contemplação e lazer passivo. O projeto de intervenção também buscou reafirmar o valor simbólico, histórico e afetivo da praça, visando adaptá-la a outras demandas. Observa-se, como pontos de melhoria: a acessibilidade, iluminação mais eficiente e aumento de mobiliários, como lixeiras em grande quantidade. Em relação aos elementos aquáticos, é possível encontrar um tanque (bebedouro para cavalos) do século XVIII, um lago artificial e uma fonte de água, os quais, durante todo o período da avaliação encontravam-se desativados e cercados por elementos temporários.

Um dos pontos fortes do Jardim são seus elementos de qualificação ambiental e as boas experiências sensoriais nela propiciadas, configurando a praça como um ambiente agradável. Há boa arborização geral, além de canteiros e do lago, os quais proporcionam sombra, sol e frescor. Além disso, a praça também apresenta alguns espaços livres e desobstruídos, o que faz com que seja mais receptiva a eventos, e ofereçam boas opções para permanência, como sentar e conversar. Os bancos dispostos em toda a área propiciam diferentes vistas para os usuários. Apesar disso, não atende aos quesitos de possibilidade de lazer ativo para práticas que requerem equipamentos específicos, restando então opções como caminhada ou ginástica. Também não é possível encontrar nenhuma área de recreação qualificada orientada para crianças e adolescentes.

Quanto ao prazer do usuário, as edificações adjacentes possuem uma escala humana, mas a presença de vegetação, desníveis e a própria extensão da área não possibilitam um total entendimento e relação visual dos usuários e atividades em todos os pontos do espaço. Esses mesmos fatores, associados a outras características da praça, por outro lado, fazem com que existam oportunidades para aproveitar o bom clima e ter experiências sensoriais agradáveis. Em síntese, portanto, por esses aspectos avaliados, o Jardim obteve uma pontuação de 10 em 12, contendo muitos critérios de qualidade de um bom espaço público.

Figura 11: Mapeamento síntese de Atividades Estacionárias da Praça Gomes Freire

MAPEAMENTO

	Consumindo bebida/comida	Atividade comercial	Conversando	Lazer passivo	Recreação/exercícios
● Em pé	16	6	99	4	
□ Assento público	78	6	217	84	
△ Assento privado			1		
⊠ Assento informal	6	4	17	2	
— Deitado(a)				1	
× Movimento diverso		2	4	5	51



Fonte: indicado na figura

De forma geral, é possível perceber que a Praça Gomes Freire é o espaço público mais frequentado e apropriado pela população, com 603 usuários contabilizados apenas nos três dias de observação. A concentração

de atividades é observada na subárea central⁷ e na subárea comercial, sendo que esta agrupa pessoas consumindo bebidas/alimentos pela proximidade com os bares e restaurantes da Rua Dom Viçoso (FIG. 11). A grande maioria dos usuários utiliza os bancos da praça para sociabilização e consumo, enquanto outra parcela significativa permanece em pé conversando. A atividade comercial, feita por ambulantes, é a menos representativa, seguida pela recreação/exercícios, entendidos como um lazer ativo, sendo que as crianças representam a quase totalidade de pessoas desse tipo de atividade, em movimento diverso pelo espaço.

Percebe-se também que a Praça Gomes Freire é a única que apresenta os pontos defendidos por Whyte (1980) como importantes para o uso e sucesso das praças: áreas assentáveis - bancos com encosto e apoio para os braços, saliências, degraus; presença de sol, sombra, vento, vegetação e água - que possa ser tocada; possibilidade de alimentação - seja por comércios ou ambulantes; boa relação com as vias do entorno e elementos de triangulação - sejam as instalações efêmeras, os eventos ou o próprio cenário. Assim, mesmo que não sejam observadas práticas relevantes de lazer ativo, o espaço é amplamente utilizado e funcional.

CONCLUSÕES

Ao final de todo o levantamento e análise dos espaços públicos em Mariana, conclui-se que a população tem acesso a diferentes formas de vivência nesses locais, de atividades de lazer passivo, lazer ativo, além das relações simbólicas tradicionais e de caráter cívico e festivo. Entretanto, poucos dos espaços observados possuem área e qualificação suficientes para serem classificados como espaços congregadores, que possibilitem à população, de maneira mais ampla e equitativa, exercer seu pleno direito a todos esses aspectos. Uma vez que a maior parte destes espaços está no centro histórico da cidade, apresentam-se, de certa forma, um pouco desatualizados para atender às demandas mais contemporâneas. Observa-se a existência dessas atividades, mas de forma dispersa e desarticulada pelo território.

Concluimos, ainda, que não existem, na cidade, espaços livres contemporâneos que sejam de escala municipal, que respondam às demandas atuais e às expectativas mais amplas da sociedade em um único espaço, como nas antigas praças centrais das cidades pequenas. No entanto, no caso de Mariana, como talvez de outras cidades históricas, considera-se que não haveria a necessidade de criação de uma nova praça para que as demandas mais contemporâneas da sociedade fossem plenamente atendidas, pois há potencial a ser explorado nos antigos espaços livres de uso público representados pela tríade de praças Minas Gerais, Cláudio Manoel e Gomes Freire.

Com melhor governança e estrutura institucional, capaz de ter um visão sistêmica dos espaços públicos e que equilibre as relações de importância

⁷ Esta área conta, atualmente, com estruturas temporárias que geram sombreamento e onde, até julho deste ano, localizava-se um Flamboyant que foi suprimido devido sua situação de risco, após a queda parcial da árvore

histórica e de contemporaneidade, o caráter congregador desses espaços pode ser conquistado através da programação de diferentes usos e eventos pelo poder público, entendendo e explorando a potencialidade desses espaços, e criando um planejamento com constante articulação e retroalimentação. Acredita-se que, por meio da proposição de leves intervenções físicas, como mobiliários móveis ou estruturas de sombreamento efêmeras, associadas a diretrizes de gestão de um calendário de eventos de atividades cotidianas que incentivem um lazer mais ativo, estes espaços possam ter seu uso potencializado. Essas atividades podem englobar festivais de cinema, feiras de artesanato e gastronomia ou, até mesmo, de forma mais regular, aulas coletivas de ginástica, ioga e tai chi chuan - que não requerem estruturas específicas para que ocorram. Assim, é possível fazer com que a população passe a entender essas praças como além de espaços turísticos e de contemplação, mas como espaços de todos e da cidade, apropriando-se cotidianamente deles e respondendo aos processos de transformação e reinvenção constantes que caracterizam as dinâmicas urbanas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. Parques urbanos. Transformações e permanências ao longo da história. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n.247.03, Vitruvius, dez. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/21.247/7960>.

Acesso em 18 jun. 21.

ARAÚJO, Alice V. *Espaços livres de uso público em Ouro Preto (MG): heranças históricas, desafios contemporâneos*. 2018. 707p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MMMD-BAAJTC>>.

Acesso em: 06 mai. 2019.

ASCHER, François. *Les Nouveaux Principes de l'Urbanisme: La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. Paris: Editions de l'Aube, 2001.

BORJA, Jordi.; MUXI, Zaida. *Espacio Público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Editorial Electa, 2003.

CALHOUN, Craig. (Ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT PRESS, 1999.

CORAÇÃO, Cláudio Rodrigues; CARNEIRO, Filipe Davison Barboza. De quem é a praça Gomes Freire? As disputas simbólicas no espaço jardim e as representações da imprensa de Mariana-MG. *Logos: Comunicação e Universidade*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 70-85, 2018. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/35877>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GEHL, Jan. *Life Between Buildings: Using Public Space*. Washington: Island Press, 2011.

GIANNINI, Humberto. *Notas sobre espacio público y seguridad ciudadana*. Santiago: SUR, 1999.

GUIDES SPORTS LOISIRS (Montreal). *Tipologias de Parques: o parque municipal. O Parque Municipal*. 2018. Disponível em: <https://www.guides-sportsloisirs.ca/projetespaces/typologie-des-parcs/parc-municipal/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

IPHAN. *Mariana (MG) vai receber a Praça da Sé restaurada*. 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2147/mariana-mg-vai-receber-a-praca-da-se-restaurada>. Acesso em: 29 jul. 2021.

JOSEPH, Isaac. *La ville sans qualités*. Paris: Editions de l'Aube, 1998..

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

PROJECT SPACES (Montreal). *Saber: necessidades e desenvolvimento da criança em espaços lúdicos. Necessidades e desenvolvimento da criança em espaços lúdicos*. 2015. Disponível em: http://www.projetespaces.ca/fiches_details.asp?id=80#. Acesso em: 14 jul. 2021.

ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio S. *Praças Brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2010.

SABOYA, Renato T. de; BITTENCOURT, Sofia; STELZNER, Mariana; SABBAGH, Caio; MORO BINS ELY, Vera H. Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos: um estudo sintático. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 164.01, Vitruvius, jan. 2014. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>. Acesso em 18 jun. 2021.

VIANA, Alice. Funções dos espaços públicos na cidade contemporânea. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 25, n. 37, p. 84-123, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/20431>. Acesso em: 07 jul. 2021.

VILLAÇA, Flavio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2. ed, 2001.

VIVIESCAS, Fernando. Espacio Público: Imaginación y planeación urbana. In: *Documentos Barrio Taller (Serie Ciudad y Hábitat) No.4 (La Calle - Lo ajeno, lo público y la imaginado)*, Bogotá, Ago. 1997, pp. 7-20.